PsiPorã
Revista do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFGD

SAÚDE MENTAL DE PROFESSORAS DE APOIO: ENSAIO A PARTIR DE ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E INTERSECCIONAIS

MENTAL HEALTH OF SPECIAL EDUCATION TEACHERS: AN ESSAY BASED ON POSTCOLONIAL AND INTERSECTIONAL STUDIES

SALUD MENTAL DE LAS MAESTRAS DE APOYO: ENSAYO BASADO EN ESTUDIOS POSCOLONIALES E INTERSECCIONALES

***Marina de Souza Carvalho*[1]**
***Aline Cristina da Silva*[2]**
***Denise Mesquita de Melo Almeida*[3]**

Resumo: Este ensaio, vinculado à linha de pesquisa em Processos Psicossociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), propõe uma reflexão crítica sobre a saúde mental de professoras de apoio que atuam na educação inclusiva. O objetivo é articular as perspectivas pós-coloniais, a interseccionalidade e a escrevivência, conceito desenvolvido por Conceição Evaristo, para compreender como as demandas pedagógicas, afetivas e de cuidado dessas profissionais são atravessadas por opressões estruturais relacionadas a gênero, raça e classe, repercutindo diretamente em suas condições de trabalho e em seu bem-estar físico e psicológico. A partir da articulação desses referenciais teóricos, o estudo evidencia que a promoção da saúde mental dessas docentes exige a criação de espaços institucionais de escuta, acolhimento, reconhecimento e valorização de suas trajetórias, saberes e experiências. Conclui-se que a abordagem interseccional e pós-colonial contribui para compreender os fatores históricos e sociais que produzem o adoecimento docente, tornando visíveis desigualdades frequentemente naturalizadas. Além disso, o ensaio aponta caminhos para a construção de práticas educacionais mais inclusivas, críticas e emancipatórias, capazes de fortalecer a promoção da saúde integral, valorizar as narrativas dessas profissionais e enfrentar os silenciamentos e as violências epistêmicas presentes no cotidiano escolar.
Palavras-chave: Saúde mental; Educação inclusiva; Enquadramento interseccional; Psicologia social.

Abstract: This essay, which is part of the Psychosocial Processes research line at the Federal University of Grande Dourados (UFGD), offers a critical reflection on the mental health of support teachers working in inclusive education. The objective is to integrate postcolonial perspectives, intersectionality, and “escrevivência”—a concept developed by Conceição Evaristo—to understand how the pedagogical, emotional, and care-related demands placed on these professionals are intersected by structural oppressions related to gender, race, and class, directly impacting their working conditions and their physical and psychological well-being. By integrating these theoretical frameworks, the study demonstrates that promoting these teachers’ mental health requires the creation of institutional spaces for listening, welcoming, recognizing, and valuing their life trajectories, knowledge, and experiences. It is concluded that the intersectional

[1] Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: psi.marinacarvalho94@gmail.com ORCID https://orcid.org/0000-0002-1718-3208
[2] Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: aline_cristina181@hotmail.com ORCID https://orcid.org/0009-0000-3559-2825
[3] Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: denisealmeida@ufgd.edu.br ORCID https://orcid.org/0000-0002-0122-9697

and postcolonial approach contributes to understanding the historical and social factors that lead to teachers' ill health, bringing to light inequalities that are often taken for granted. Furthermore, the essay points to pathways for building more inclusive, critical, and emancipatory educational practices capable of strengthening the promotion of holistic health, valuing these professionals' narratives, and confronting the silencing and epistemic violence present in everyday school life.
Keywords: Mental health; Special Education; Intersectional framework; Social psychology.

Resúmen: Este ensayo, vinculado a la línea de investigación en Procesos Psicosociales de la Universidad Federal de Grande Dourados (UFGD), propone una reflexión crítica sobre la salud mental de las maestras de apoyo que trabajan en la educación inclusiva. El objetivo es articular las perspectivas poscoloniales, la interseccionalidad y la «escrevivencia» —concepto desarrollado por Conceição Evaristo— para comprender cómo las exigencias pedagógicas, afectivas y de cuidado de estas profesionales se ven atravesadas por opresiones estructurales relacionadas con el género, la raza y la clase, lo que repercute directamente en sus condiciones de trabajo y en su bienestar físico y psicológico. A partir de la articulación de estos marcos teóricos, el estudio pone de manifiesto que la promoción de la salud mental de estas docentes exige la creación de espacios institucionales de escucha, acogida, reconocimiento y valoración de sus trayectorias, conocimientos y experiencias. Se concluye que el enfoque interseccional y poscolonial contribuye a comprender los factores históricos y sociales que provocan el malestar entre el profesorado, haciendo visibles desigualdades que con frecuencia se dan por sentadas. Además, el ensayo señala caminos para la construcción de prácticas educativas más inclusivas, críticas y emancipadoras, capaces de fortalecer la promoción de la salud integral, valorar las narrativas de estas profesionales y enfrentar los silencios y las violencias epistémicas presentes en la vida escolar cotidiana.
Palabras clave: Salud mental; Educación especial; Marco interseccional; Psicología social.

A temática da saúde mental de professoras de apoio tem adquirido crescente relevância no campo da Psicologia e da Educação, especialmente diante da ampliação das políticas de inclusão escolar e da intensificação das demandas emocionais e pedagógicas atribuídas a essas profissionais. No contexto brasileiro, à docência de apoio é exercida majoritariamente por mulheres, muitas delas pertencentes a grupos socialmente vulnerabilizados, o que evidencia a necessidade de análises que ultrapassem leituras individualizantes sobre sofrimento psíquico e considerem os atravessamentos estruturais que compõem seu cotidiano laboral. Assim, refletir sobre a saúde mental dessas docentes implica reconhecer que seu trabalho está situado em um cenário permeado por desigualdades de gênero, raça e classe, historicamente produzidas e perpetuadas nas instituições educacionais (Ministério da Educação, 2023).

Diante desse panorama, este ensaio teórico dialoga com aportes pós-coloniais e interseccionais para problematizar as condições que estruturam o adoecimento psíquico dessas profissionais. As reflexões pós-coloniais, especialmente a partir de autoras como Gayatri Chakravorty Spivak, permitem tensionar a posição subalternizada ocupada pelas professoras de apoio, frequentemente invisibilizadas no interior das práticas escolares e das políticas públicas. Tais perspectivas possibilitam compreender como hierarquias coloniais continuam a operar na organização do trabalho docente, definindo quais saberes, vozes e experiências são legitimadas ou silenciadas (Spivak, 2010).

A interseccionalidade, por sua vez, constitui um referencial fundamental para analisar como desigualdades de gênero, raça e classe se entrecruzam na experiência dessas

profissionais. Considerando que as mulheres são maioria na educação brasileira e que, entre elas, mulheres negras enfrentam condições laborais mais precarizadas, torna-se imprescindível uma abordagem que reconheça os efeitos da discriminação racial e das desigualdades socioeconômicas na produção do sofrimento mental. Tais elementos não podem ser dissociados das pressões emocionais que compõem o trabalho de cuidado e acompanhamento de estudantes com deficiência, frequentemente marcado por sobrecarga e responsabilizações individualizadas (Moraes et al., 2024).

Além disso, o conceito de escrevivência, desenvolvido por Conceição Evaristo, oferece uma perspectiva metodológica que valoriza a narrativa das experiências como forma legítima de produção de conhecimento. Ao considerar as vivências das professoras de apoio como fonte epistemológica, a escrevivência possibilita deslocar práticas discursivas que historicamente apagaram seus saberes e emoções, abrindo espaço para análises que acolham trajetórias marcadas por resistência, afeto e contradições. Nesse sentido, o ensaio busca articular tais referenciais para construir uma compreensão crítica e ampliada sobre as condições que atravessam a saúde mental dessas trabalhadoras. (Quartilho, 2010).

Assim, o objetivo deste trabalho é discutir, sob uma perspectiva psicossocial, os fatores que estruturam o sofrimento e o bem-estar das professoras de apoio, evidenciando como as abordagens pós-coloniais, interseccionais e da escrevivência contribuem para a compreensão dos processos de adoecimento e para a construção de práticas emancipadoras no campo educacional. Espera-se, com isso, oferecer subsídios teóricos que auxiliem na valorização dessas profissionais e na elaboração de políticas e ações que promovam sua saúde mental de forma integral.

Metodologia

Este trabalho configura-se como um ensaio teórico, cuja finalidade é produzir reflexões críticas sobre a saúde mental de professoras de apoio a partir de referenciais pós-coloniais, interseccionais e da escrevivência. Diferentemente de estudos empíricos, o ensaio teórico fundamenta-se na articulação de produções acadêmicas, conceitos e perspectivas analíticas, permitindo a construção argumentativa por meio do diálogo entre autores, categorias e debates contemporâneos. Assim, não se utilizam instrumentos de coleta de dados, amostras ou técnicas estatísticas; ao contrário, privilegia-se a interpretação teórico-conceitual de fenômenos psicossociais.

A seleção do referencial bibliográfico seguiu critérios de relevância teórica e atualidade, considerando obras clássicas e contemporâneas que tratam de pós-colonialidade, subalternidade, interseccionalidade, saúde mental e escrevivência. Foram priorizados textos que contribuem para compreender a relação entre opressões estruturais e processos de adoecimento no contexto do trabalho docente, especialmente aqueles que discutem gênero, raça, classe e

cuidado. Além disso, documentos oficiais e dados produzidos por órgãos públicos foram utilizados para contextualizar a organização do trabalho das professoras de apoio no cenário educacional brasileiro.

No que se refere ao marco teórico, adotam-se três principais eixos: (a) estudos pós-coloniais, especialmente a partir de Spivak, que permitem analisar mecanismos de silenciamento e produção de subalternidades; (b) perspectivas interseccionais, que possibilitam compreender como desigualdades estruturais se entrelaçam na constituição da experiência docente; e (c) o conceito de escrevivência, desenvolvido por Conceição Evaristo, utilizado aqui como estratégia epistemológica para valorizar narrativas situadas e compreender vivências enquanto fontes legítimas de conhecimento (Moraes et al., 2024).

A escolha desses referenciais deve-se à necessidade de superar leituras individualizantes sobre sofrimento docente e de produzir análises que considerem a complexidade dos atravessamentos psicossociais presentes no trabalho de professoras de apoio. Dessa forma, a metodologia adotada busca integrar diferentes tradições críticas de pensamento, permitindo a elaboração de um argumento que reconhece a centralidade das relações de poder, dos marcadores sociais da diferença e da produção histórica de saberes na compreensão da saúde mental dessas profissionais (Ministério da Saúde, s.d.).

Portanto, a metodologia deste ensaio consiste na articulação teórico-conceitual entre autores e perspectivas, orientada por uma leitura crítica do contexto social e institucional da docência de apoio. Essa abordagem possibilita discutir o adoecimento e o bem-estar dessas trabalhadoras de forma ampliada, valorizando suas experiências e evidenciando elementos estruturais que atravessam seu cotidiano profissional (Oliveira, 2023).

Discussão

Perspectivas Pós-Coloniais na Educação e no Cuidado

As abordagens pós-coloniais constituem um importante referencial para compreender como relações históricas de dominação continuam a estruturar instituições sociais contemporâneas, entre elas a escola. Mesmo após o fim formal dos regimes coloniais, permanecem vigentes estruturas epistêmicas e simbólicas que organizam hierarquias de saber, poder e subjetividade. Esses mecanismos conferem prestígio a determinados conhecimentos, práticas e grupos sociais, enquanto produzem a marginalização e a invisibilização de outros. No campo educacional, tais dinâmicas se manifestam na desvalorização de funções consideradas auxiliares, na racialização do trabalho docente e na atribuição desigual de responsabilidades e reconhecimento.

No contexto da inclusão escolar, as professoras de apoio ocupam um lugar fundamental no acompanhamento pedagógico e emocional de estudantes com deficiência. Contudo, sua

atuação é frequentemente atravessada por ambiguidade institucional e falta de reconhecimento, o que revela a permanência de lógicas coloniais na estrutura escolar. À luz da crítica pós-colonial, especialmente a partir das reflexões de Gayatri Chakravorty Spivak, a posição dessas profissionais pode ser compreendida como uma forma de subalternização. Spivak discute como determinados sujeitos têm sua fala sistematicamente deslegitimada, mesmo quando participam ativamente das dinâmicas sociais. No caso das professoras de apoio, essa deslegitimação ocorre tanto no âmbito da organização pedagógica quanto nas políticas educacionais, que frequentemente não lhes atribuem autonomia e visibilidade suficientes.

A subalternidade vivida por essas docentes não decorre apenas da função que exercem, mas também das intersecções entre gênero, raça e classe que marcam suas trajetórias. Muitas professoras de apoio são mulheres negras, provenientes de grupos historicamente vulnerabilizados, cujas experiências tendem a ser desvalorizadas dentro e fora da escola. A articulação entre essas opressões reforça sua inserção em cargos com menor prestígio e menor estabilidade, contribuindo para condições de trabalho que podem impactar negativamente sua saúde mental. Sob a ótica pós-colonial, reconhecer essas sobreposições de desigualdades é essencial para compreender como o sofrimento psíquico se relaciona com processos de violência estrutural (Souza, 2025).

Outro aspecto relevante diz respeito ao modo como o cuidado é historicamente atribuído a determinados grupos sociais. A escola contemporânea, marcada por um modelo eurocêntrico que privilegia a racionalidade técnica, tende a desvalorizar práticas relacionais, afetivas e comunitárias. Contudo, tais práticas são centrais no trabalho das professoras de apoio, que frequentemente assumem funções de escuta, acolhimento e mediação emocional. Essa atribuição reforça uma divisão desigual do trabalho, na qual atividades de cuidado são naturalizadas como responsabilidade das mulheres, especialmente daquelas racializadas, reproduzindo padrões coloniais e patriarcais.

Dessa forma, pensar o trabalho das professoras de apoio a partir das perspectivas pós-coloniais permite problematizar a profunda assimetria existente entre sua contribuição para o processo educativo e o reconhecimento institucional recebido. Também possibilita refletir sobre como suas experiências revelam tensões estruturais presentes na escola, evidenciando estratégias de resistência, agência e produção de sentido em contextos historicamente marcados por desigualdade. Ao enfatizar a necessidade de desconstruir hierarquias e ampliar o reconhecimento dos saberes produzidos por essas profissionais, as reflexões pós-coloniais contribuem para uma compreensão crítica e ampliada da saúde mental no ambiente escolar (Oliveira, 2023).

Interseccionalidade e Trabalho Docente: gênero, raça e classe

A interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica e política, oferece uma lente fundamental para compreender as múltiplas formas de opressão que incidem sobre as professoras de apoio. O conceito, desenvolvido inicialmente por Kimberlé Crenshaw, destaca que desigualdades sociais não atuam de maneira isolada; ao contrário, raça, gênero e classe se articulam de forma simultânea, produzindo efeitos específicos na vida de determinados grupos. No contexto da docência de apoio, essa perspectiva é indispensável para compreender como determinadas experiências de sofrimento psíquico se relacionam diretamente com estruturas sociais e institucionais que marginalizam mulheres, especialmente mulheres negras.

No Brasil, a educação básica é composta majoritariamente por mulheres, sendo a maior parte delas responsável também por duplas e triplas jornadas de trabalho, que incluem atividades domésticas e cuidado familiar. Entre essas mulheres, a presença de docentes negras em posições mais precarizadas e menos valorizadas é historicamente evidente. Assim, quando analisamos a função das professoras de apoio, torna-se claro que a desigualdade racial e a desigualdade de gênero não apenas orientam o acesso e a permanência nesse tipo de ocupação, mas também definem as condições nas quais o trabalho é realizado. Essa intersecção de marcadores sociais cria um cenário em que as professoras de apoio vivenciam maior sobrecarga emocional, responsabilização excessiva e falta de suporte institucional (Moraes et al., 2024).

Além disso, a interseccionalidade permite compreender que o sofrimento psíquico não resulta apenas das demandas pedagógicas ou emocionais do trabalho, mas também da forma como a sociedade estrutura a desvalorização de determinados corpos e saberes. A naturalização do cuidado como tarefa feminina — e ainda mais como responsabilidade das mulheres negras — reforça a reprodução de papéis coloniais que vinculam essas profissionais a funções de assistência, afeto e suporte, muitas vezes sem o devido reconhecimento material ou simbólico. Nesse sentido, o adoecimento mental deve ser analisado como produto de uma sobreposição de opressões que operam tanto no nível individual quanto estrutural.

Outro aspecto fundamental diz respeito às relações de poder presentes no ambiente escolar. As professoras de apoio frequentemente se encontram em posições de menor autonomia e menor legitimidade pedagógica, o que pode gerar tensões com outros profissionais da escola e sentimentos de desautorização. Quando somados aos efeitos da discriminação racial e das desigualdades de classe, tais processos podem intensificar sentimentos de inadequação, ansiedade, exaustão emocional e baixa autoestima. Assim, a interseccionalidade evidencia que o sofrimento psíquico não é apenas uma experiência subjetiva, mas um fenômeno socialmente produzido (Spivak, 2010).

Por fim, a abordagem interseccional aponta para a necessidade de políticas educacionais e ações institucionais que considerem a complexidade desses atravessamentos. Estratégias de promoção da saúde mental que ignoram marcadores sociais da diferença tendem a responsabilizar individualmente as profissionais por seu sofrimento, reforçando discursos

meritocráticos e invisibilizando a estrutura que produz o adoecimento. Ao contrário, uma perspectiva interseccional permite reconhecer que o cuidado com a saúde mental das professoras de apoio deve incluir condições materiais dignas, reconhecimento institucional, ambientes de trabalho inclusivos e estratégias de escuta sensíveis às múltiplas opressões que atravessam suas trajetórias.

Assim, a interseccionalidade possibilita interpretar o trabalho das professoras de apoio não apenas como um espaço de desafios, mas também como um campo de resistência, onde mulheres racializadas constroem estratégias de sobrevivência, solidariedade e afirmação identitária, mesmo diante de desigualdades estruturais persistentes.

A condição de docente de apoio: entre a violência estrutural e a docilização do cuidado

A atuação da docente de apoio no contexto da Educação Básica brasileira constitui um dos espaços mais tensionados e pouco discutidos das políticas inclusivas contemporâneas. Embora seja frequentemente associada à ampliação do acesso e ao fortalecimento de práticas de equidade, sua presença na escola nem sempre corresponde a uma efetiva democratização dos processos educativos. Pelo contrário, a posição que ocupa revela contradições estruturais que dialogam com marcadores de classe, raça, gênero e território, inserindo essas profissionais em dinâmicas de desvalorização, responsabilização excessiva e precarização, que acabam por comprometer o próprio sentido do trabalho pedagógico e inclusivo.

A literatura tem demonstrado que as docentes de apoio são majoritariamente mulheres, com vínculos profissionais frágeis e pouca participação na elaboração das políticas que orientam suas práticas (Almeida, 2024; Vicentini, 2021). Tal condição produz uma interseção entre desigualdades históricas que recaem sobre o trabalho feminino e expectativas romantizadas acerca do “cuidar” — frequentemente entendido como atributo natural das mulheres, especialmente mulheres pobres e racializadas (Graham, 2016). Essa associação essencializada faz com que o papel da docente de apoio seja socialmente percebido como extensão de uma suposta vocação materna, deslocando o cuidado de um campo ético-profissional para um campo moral, afetivo e sacrificial.

Esse enquadramento moralizante contribui para a docilização do cuidado, conceito que aqui se articula à noção de escrevivência proposta por Conceição Evaristo (2017) e às contribuições de Grada Kilomba (2019), ao evidenciar como o trabalho dessas mulheres é moldado por expectativas coloniais de servilidade, disponibilidade emocional e silêncio. A docilização opera como dispositivo que captura a potência política do cuidado e o converte em obediência institucional: a docente de apoio deve ser paciente, amorosa, conciliadora, flexível, resiliente — e, sobretudo, silenciosa diante das violências que atravessam seu cotidiano escolar (Ministério da Educação, 2023).

Tais violências assumem múltiplas formas. Há a violência estrutural expressa nas condições materiais e organizacionais do trabalho: excesso de demandas, ausência de formação continuada, salários incompatíveis com a complexidade da função e falta de reconhecimento institucional (Nascimento, 2019). Há a violência simbólica, que se manifesta quando sua atuação é reduzida ao acompanhamento físico do estudante, desconsiderando a dimensão pedagógica e relacional de seu trabalho. E há ainda as violências institucionais e epistêmicas, presentes quando suas narrativas não são legitimadas como conhecimento, sendo tratadas como experiências menores ou meramente vivenciais, sem valor científico ou político.

Nesse cenário, o que se evidencia é que a condição de docente de apoio não é uma função neutra, mas sim uma prática atravessada pelo colonialismo estrutural, que define quem cuida, de quem se cuida, e em quais condições esse cuidado é realizado. Ao mesmo tempo, o cotidiano dessas profissionais, analisado pela lente da escrevivência, revela que, apesar das tentativas de silenciamento, há resistências que se expressam nos pequenos gestos, nas estratégias improvisadas, nas reconfigurações do cotidiano escolar e na recusa em aceitar o lugar de submissão imposto pelas instituições (Spivak, 2010).

Assim, compreender a condição da docente de apoio exige reconhecer que ela se localiza entre dois polos tensionados: de um lado, a violência estrutural que precariza, silencia e subalterniza; de outro, a potência criativa e insurgente que emerge das experiências vividas, que podem se converter em crítica, movimento e produção de novos modos de pensar o cuidado e a inclusão. Esta dialética orienta a discussão que se segue, aprofundando como o cuidado — longe de ser natural ou espontâneo — constitui-se como campo político central para a análise das práticas inclusivas e das desigualdades educacionais (Oliveira, 2023).

O lugar do cuidado na escola: interseccionalidade, colonialidade e escrevivência

O cuidado, embora amplamente disseminado como valor institucional da escola contemporânea, permanece como uma das dimensões mais tensionadas e menos problematizadas do campo educacional. Em discursos oficiais, o cuidado aparece associado à promoção da inclusão, ao acolhimento das diferenças e ao compromisso ético com o desenvolvimento integral dos estudantes. Contudo, quando observado a partir das experiências vividas — especialmente por mulheres que ocupam funções subalternizadas, como as docentes de apoio — percebe-se que o cuidado se torna também um dispositivo de controle, responsabilização e reprodução de desigualdades. Tal contradição exige compreendê-lo não apenas como prática cotidiana, mas como categoria política atravessada por relações de poder.

A perspectiva da interseccionalidade, conforme propõe Crenshaw (1991), oferece elementos essenciais para analisar como gênero, raça e classe operam simultaneamente para produzir posições desiguais na divisão escolar do cuidado. Mulheres, em especial mulheres negras, periféricas e com menor reconhecimento institucional, tornam-se as principais

responsáveis pelas funções consideradas “emocionais” ou “afetivas” dentro da escola — tarefas que, embora fundamentais, seguem invisibilizadas e desvalorizadas. Ao mesmo tempo, tais funções são naturalizadas como expressão de uma suposta “capacidade inata” para cuidar, reforçando estereótipos de feminilidade que servem para justificar a sobrecarga e o abandono institucional.

Esse processo não é acidental, mas se articula aos mecanismos da colonialidade do poder descritos por Quijano (2005) e aprofundados nos estudos de Lugones (2014). A colonialidade estrutura modos específicos de distribuir o trabalho social, atribuindo às mulheres racializadas posições de servidão, obediência e cuidado — posições que se atualizam na escola pública contemporânea sob o discurso da inclusão. Assim, práticas aparentemente neutras de cuidado carregam heranças coloniais que definem quem cuida e em quais condições esse cuidado deve ocorrer, limitando o reconhecimento do cuidado como saber, como pedagogia e como produção de vida.

Nesse cenário, a contribuição de Grada Kilomba (2019) torna-se fundamental ao demonstrar que processos de “silenciamento” e “docilização” recaem de maneira mais intensa sobre mulheres negras e racializadas, impedindo que suas narrativas sobre o cuidado sejam legitimadas como conhecimento ou como crítica institucional. A escola, enquanto espaço historicamente marcado pela branquitude e pela colonialidade do saber, tende a validar perspectivas hegemônicas sobre educação inclusiva enquanto desqualifica ou marginaliza as vozes das profissionais que vivenciam as camadas mais profundas do cuidado cotidiano.

É nesse ponto que a noção de escrevivência, de Conceição Evaristo (2017), se torna não apenas produtiva, mas metodologicamente insurgente. A escrevivência desloca o cuidado do lugar da obediência para o lugar da experiência como saber: cuidar deixa de ser um atributo moral e passa a ser narrado como prática política inscrita na carne, na história e no cotidiano de mulheres que habitam as margens do sistema educacional. A escrevivência revela que o cuidado não é neutro, mas permeado por disputas de reconhecimento, por violência simbólica e por estratégias de sobrevivência que escapam às lógicas normativas da escola (Moraes et al., 2024).

Com isso, a escola aparece como campo ambíguo, onde convivem simultaneamente cuidado emancipatório e cuidado colonizado. De um lado, o cuidado pode se constituir como gesto ético que sustenta relações pedagógicas e amplia processos de inclusão; de outro, pode se transformar em ferramenta de contenção, vigilância ou responsabilização individual, especialmente quando recai sobre mulheres em posições precarizadas. Essa ambiguidade exige reconhecer o cuidado como categoria relacional que, ao ser atravessada pela interseccionalidade, revela as desigualdades estruturais que moldam o cotidiano escolar (Spivak, 2010).

Assim, problematizar o cuidado a partir da interseccionalidade, da colonialidade e da escrevivência permite compreender que não se trata de um mero valor moral ou ideal pedagógico, mas de uma prática política situada. Trata-se de reconhecer que o cuidado,

enquanto produção coletiva, pode tanto reproduzir desigualdades quanto abrir brechas para resistências, rearranjos e invenções que escapam à ordem colonial. É justamente nessa encruzilhada que as experiências das docentes de apoio ganham centralidade, permitindo iluminar não apenas os limites das políticas inclusivas, mas também as potências criativas que emergem de seus modos de existir e de narrar o cotidiano escolar.

Considerações Finais

A reflexão proposta neste ensaio buscou evidenciar que a saúde mental das professoras de apoio não pode ser compreendida como fenômeno individual, isolado ou descontextualizado. Ao contrário, ela se constitui no entrecruzamento de processos estruturais que envolvem gênero, raça, classe, precarização do trabalho e políticas educacionais marcadas por discursos que, muitas vezes, não se traduzem em práticas de cuidado institucional efetivo. As análises sustentadas pelas perspectivas pós-coloniais e interseccionais revelam que o adoecimento não é fruto de fragilidade pessoal, mas resultado de dispositivos históricos que organizam o trabalho docente e distribuem desigualdades de forma persistente (Quartilho, 2010).

A abordagem interseccional permitiu demonstrar como determinadas corporalidades — sobretudo de mulheres negras e periféricas — são mais expostas às exigências emocionais e ao trabalho do cuidado, frequentemente desvalorizado e invisibilizado. Já o pensamento pós-colonial, especialmente as contribuições de Spivak, Kilomba e Lugones, possibilitou tensionar a naturalização dessas desigualdades, evidenciando como a escola segue operando como espaço que reproduz hierarquias coloniais, seja na distribuição do trabalho, seja na legitimidade concedida a determinados saberes em detrimento de outros (Souza, 2025).

Ao mobilizar a escrevivência como método e posicionamento político, buscou-se reconhecer as experiências das professoras de apoio como fonte legítima de produção de conhecimento. A escrevivência rompe com o silenciamento histórico e reivindica o direito à narrativa própria, desestabilizando epistemologias que habitualmente excluem as vozes das mulheres que sustentam o cotidiano escolar. Esse movimento não apenas amplia o repertório teórico sobre saúde mental docente, mas também inscreve outras formas de existir, sentir e cuidar no campo acadêmico, afirmando que o conhecimento se faz também pela experiência sensível e pelas trajetórias singulares (Spivak, 2010).

Diante disso, torna-se evidente que promover a saúde mental das professoras de apoio implica deslocar o foco de ações meramente individuais para a construção de políticas institucionais que reconheçam o cuidado como trabalho e como produção de vida. É necessário criar dispositivos que assegurem condições dignas de atuação, espaços permanentes de escuta, formação continuada crítica e práticas coletivas que valorizem o saber das profissionais. Do mesmo modo, urge repensar a organização da escola para que o cuidado seja compartilhado e institucionalizado, deixando de ser responsabilidade exclusiva de quem ocupa posições historicamente marginalizadas (Moraes et al., 2024).

Finalmente, este ensaio aponta que uma educação verdadeiramente inclusiva exige o enfrentamento das colonialidades que ainda estruturam o campo educacional. Tal enfrentamento não se dá apenas por mudanças normativas, mas também pelo reconhecimento das narrativas que emergem das bordas, das vivências e das resistências cotidianas das professoras de apoio. São essas narrativas — insurgentes, sensíveis e politicamente situadas — que iluminam caminhos para práticas mais emancipatórias e para a construção de escolas que cuidem, acolham e reconheçam a pluralidade de sujeitos que as constituem.

Referências

Augé, M. (1994). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Papirus. (Trabalho original publicado em 1992)

Brasil. Ministério da Educação. (2023, 8 de março). *Dia da Mulher: mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica*. Governo do Brasil. https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica

Brasil. Ministério da Saúde. (s.d.). *Saúde mental*. Governo do Brasil. https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental

Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, *43*(6), 1241–1299.

Evaristo, C. (2017). *Escrevivências: literatura como prática de liberdade*. Pallas.

Graham, M. (2016). *Cuidado, gênero e desigualdades na educação básica*. Cortez.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, *22*(3), 935–952.

Moraes, A. P., et al. (2024). Trabalho docente, cuidado e desigualdades estruturais: uma análise interseccional. *Cadernos de Pesquisa*, *54*,

Moraes, C. L. G., Filho, L. C. S. A., Feitosa, M. M. M., & Carvalho, Z. J. V. (2024). Interseccionalidade e decolonialidade na escrevivência de Conceição Evaristo. *Infinitum*.

Nascimento, M. E. (2019). Precarização e sofrimento docente na escola contemporânea. *Educação & Sociedade*, *40*(147), 1–18.

Oliveira, J. M. D. (2023). Colonialidade, trabalho docente e desigualdades educacionais. *Revista Brasileira de Educação*, *28*, 1–20.

Oliveira, L. S. (2023). *Psicanálise e racismos: por uma clínica racializada* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados]. https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio

Quartilho, M. J. (2010). *Saúde mental*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Quartilho, T. (2010). Narrativas de vida e produção de conhecimento: perspectivas contemporâneas. *Psicologia & Sociedade*, *22*(1), 35–42.

Quijano, A. (2005). *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. CLACSO.

Sousa, A. C. de. (2025). Subalternização e cuidado na escola: perspectivas pós-coloniais. *Educação em Debate*, *20*(2), 89–110.

Souza, D. R. A. (2025). *Fatores psicossociais do trabalho e saúde mental dos docentes da pós-graduação: modelagem de equações estruturais* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Feira de Santana].

Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG. (Trabalho original publicado em 1988).

Vicentini, T. (2021). Profissionalização e precarização das docentes de apoio na educação inclusiva. *Educação e Pesquisa*, *47*.